



Formatado: Cabeçalho diferente na primeira página

OCUPANDO O LATIFÚNDIO DO SABER, CULTIVANDO A TERRA DE CONHECIMENTO: experiência do Curso de Serviço Social da Terra na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

José Filho Araújo Santos¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise acerca da experiência da turma de Serviço Social da Terra, que vem se realizando na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Este curso de graduação é um fruto simbólico e concreto das lutas camponesas travadas contra o estado burguês no estabelecimento de novas possibilidades de acesso às políticas públicas, dentre as quais destacamos a educação do campo, portanto, voltada para a realidade e necessidade das populações camponesas, sem que se abra mão de uma formação de qualidade. A turma de Serviço Social da Terra é um exemplo da conquista de uma formação superior, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) com a mediação da educação do campo.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; Educação do Campo; Serviço Social.

Formatado: Normal, Padrão: Transparente

ABSTRACT

~~This work presents an analysis about the experience of the Terra Social Service class, which is taking place at the State University of Ceará (UECE). This undergraduate course is a symbolic and concrete fruit of the peasant struggles waged against the bourgeois state in establishing new possibilities for access to public policies, among which we highlight the education of the countryside, therefore, focused on the reality and necessity of the peasant populations, without giving up a quality training. The Terra Social Service class is an example of the achievement of a higher education, through the National Program of Education in Agrarian Reform (PRONERA) with the mediation of rural education.~~

~~Keywords: Agrarian Reform; Field Education; Social service.~~

¹ Assistente Social. Mestrando em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (UECE) E-mail: josefilhodesantana@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

A educação do campo se constrói como prática educativa na dinâmica de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e no exercício permanente de crítica ao sistema de educação convencional. Esta proposta educativa-política se articula na compreensão do território camponês como espaço de produção da vida e, por conseguinte de reprodução social. A educação do campo reconhece e “assumi o campo, como espaço histórico da disputa pela terra e pela educação. Campo, portanto, não quer significar o perfil do solo em que o agricultor trabalha, mas projeto histórico de sociedade e educação que vem sendo forjado pelos movimentos camponeses”. (RIBEIRO, 2013, p. 41). Romper com o latifúndio agrário está decisivamente imbricado com a ruptura do latifúndio do saber. Os movimentos sociais camponeses pautam nesta luta outro projeto de formação, campo e sociedade.

A estratégia do MST, a princípio, tem sido ocupar a terra para conquistá-la, assim também vivenciam formas diversas de ocupar a escolar para construir outras possibilidades de educação, portanto, ressignificar a formação, tendo como centro a realidade camponesa. Historicamente, assumem uma prática social que disputa politicamente no país os espaços de formação, o que tem resultado na compreensão que é preciso romper as cercas da universidade. Trata-se de um espaço a ser ocupado pelo conjunto da classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade. Fernandes (2010, p.07) explicita que “a ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação de uma nova relação social”. Na mesma direção, vale destacar o pensamento de Paludo (2015, p.224)

[...] a educação se faz a partir *das e nas* relações sociais e que pode estar a serviço da reprodução dessas mesmas relações ou, ao contrário, pode ser desenvolvida de modo articulado aos interesses dos trabalhadores e a construção de outra ordem societária. Desde Marx é possível dizer que a educação cumpre o papel de socialização do

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



conhecimento histórico acumulado e atua nas consciências, condicionando as formas de pensar e a ação humana no mundo. Fundada pelo trabalho, atividade vital, em seu sentido ontológico, a educação nasceu juntamente com o ser social e constitui-se em elemento fundamental e mediação necessária ao processo de reprodução econômica e sociocultural.

São novos territórios (FERNANDES e MOLINA, 2001) que são objetivados nos mais diversos espaços da formação, são partes essenciais dessa construção coletiva de uma outra sociabilidade, cuja base se funda no trabalho associado (MÉSZÁROS, 2002) e na solidariedade dos povos. Tal realidade não prescinde das múltiplas mediações necessárias, demarcadas por processos sócio-genéricos objetivados por teleologias que conferem, em sua essência, uma direção política de ruptura e de negação à *práxis* fetichizada e da “crítica revolucionária da *práxis* da humanidade” (KOSIK, 1995, p. 23).

Na América-latina inúmeros movimentos sociais e sujeitos políticos vinculados a um projeto societário assimétrico ao posto mobilizaram dinâmicas sociais e participaram de experiências políticas e pedagógicas, que se colocaram, no movimento contrário a plastificação da vida e de sua dimensão humano-genérica, a saber:

José Martín (Cuba, 1853-1895), que se dedicou à independência e defendia uma educação científica e técnica junto com a formação ética e política do povo; José Carlos Mariátegui (Peru, 1894-1930), que defendia o socialismo, as universidades populares e a escola única para os peruanos; Franz Fanon (Ilha Martinica/Caribe, 1925-1961), que propunha uma pedagogia voltada para a luta concreta e conjunta dos condenados da terra; Ernesto Che Guevara de La Serna (Argentina/Cuba, 1929-1976), em cujas fileiras ninguém poderia continuar sem saber ler e escrever; subcomandante insurgente Marcos (México/Chiapas), defendendo a ideia de uma educação rebelde e autônoma; Paulo Freire (Brasil, 1921-1997), que propunha a educação como prática da liberdade. (PALUDO, 2015, p.224).

Tais experiências demonstra a construção política e pedagógica que a formação humana pode assumir no enfrentamento aos dilemas, desafios e limitações da prática social humana, que vai está necessariamente posta numa relação dialética. Isso elucida a luta dos movimentos sociais do campo, que a partir da política pública de formação para camponeses, tem conseguido disputar, não só o desenho em específico da política – com todas as limitações e insuficiências- mas o conteúdo, a forma e o seu desenvolvimento.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A dimensão das formas políticas e pedagógicas articuladas pelos movimentos sociais do campo, mediante a configuração da política pública de educação do campo, apresenta expressivas contribuições para área do Serviço Social, quando da possibilidade de a profissão pensar a sua práxis ancorada no solo das lutas sociais camponesas. Colocando a profissão a necessidade de apreensão dos determinantes sócio históricos na ausência secular de direitos a população do campo.

2. O MOVIMENTO DO REAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: POSSIBILIDADES E LIMITES

Diante dos velhos e novos cenários apresentados pela lógica de “acumulação flexível” (HARVEY, 1992), “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996), ou da “produção destrutiva” (MÉSZÁROS, 1995) é sentido no campo brasileiro sua investida ofensiva por meio das multinacionais que vem expropriando a terra e corroendo os bens ambientais por meio do suporte tecnológico e científico de manipulação da produção agrícola. Este contexto abre questões para pensar a relação social que se realiza por meio da produção em larga escala, as altas taxas de lucro, e a apropriação privada da riqueza, ao mesmo tempo, que produz a miséria relativa e absoluta, a fome, a pobreza e coloca em xeque a existência humana, com a exponenciação do mercado sobre as formas humanas de existência, tendo seu movimento promovido pelo capital financeiro, a partir do fetiche da vida, alienação e coisificação do humano.

Este movimento do real firma a indispensabilidade de refletir a concepção de educação do campo que vem sendo forjada historicamente nos marcos da luta de classes. Como prática humana e social constituída nos limites da ordem burguesa capitalista, enfrenta inúmeras contradições e tensões que produzem o móvel desta relação. Caldart (2009) sinaliza que nunca é demais repetir, que não são as contradições circunscritas no campo da pedagogia, mas da luta de classes, particularmente de como se desenvolve contemporaneamente no campo brasileiro, em todas as dimensões de sua realidade.

A Educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica dos movimentos sociais camponeses e entra no terreno movediço das políticas públicas, na relação

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que esta enfrenta. (CALDART, 2009, p.38)

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital.(CALDART, 2009, p.38)

Este projeto de formação humana e de práxis política coloca-se na tarefa de partear o novo, que emergirá das contradições e das tensões postas na relação do estado com a sociedade civil. (GRAMSCI, 2008) Na relação do capital com estado e o trabalho; na relação das formas plastificadoras da vida, com as relações de ruptura e rebeldia. Nesta dialética, a educação do campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. (CALDART, 2009)

Esta proposta emerge de inúmeras pedagogias de luta e mobilização da dimensão humano-social e político-prático, que se constituíram historicamente sob formas de relação humana e coletiva, inseridas em marcos temporais, que vão formular a expressão daquele movimento sobre a realidade, e que se atualizam face o desenvolvimento das formas superiores de humanidade, atrelada no jugo da correlação de forças, entre capital e trabalho. Estas pedagogias reúnem as experiências e as formas de resistência e de leitura crítica da realidade. Nestas se aportam as condições fundamentais para delinear a práxis da educação do campo defendida pelos movimentos sociais do campo, que vem se colocando nesta tarefa de constituir uma educação do campo para o campo, dentro de uma perspectiva da classe trabalhadora que se encontra nos territórios agrários. A, saber as pedagogias, são: Pedagogia Socialista, Pedagogia do Movimento Sem Terra, Pedagogia da Educação Popular, e Pedagogia da Alternância,. A luta por processos formativos para os assentamentos e acampamentos da reforma agrária é uma bandeira presente na agenda programática do MST. Esta exigência sempre esteve acesa e posta na materialidade das lutas travadas. A ocupação da escola pelo movimento Sem Terra enquanto apropriação feita e discutida pelos trabalhadores, pelo seu projeto histórico e não apenas pelos interesses imediatos da organização.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



(CALDART, 2009, p. 53) Busca entrar na disputa pela forma e conteúdo que compõe as políticas públicas de educação para o campo.

[...] é de fato entrar em uma disputa direta e concreta dos interesses de uma classe social no espaço dominado pela outra classe, com todos os riscos (inclusive de cooptação) que isso implica, mas também com essas possibilidades de alargamento de compreensão da luta de classes e do que ela exige de quem continua acreditando na transformação mais radical da sociedade, na superação do capitalismo. (CALDART, 2009, p.53)

Assim, é urgente apreender que a luta por educação para as populações camponesas não subordina a realização histórica da luta de classes e da própria pedagogia do Movimento Sem Terra, até por que é preciso assegurar a formação básica e política dos trabalhadores para compreender a realidade social no capitalismo, o que exigirá uma base de formação. Nisto, se necessita pensar numa concepção de educação e direito que perpassa a visão unilateral dos marcos normativos burgueses, para assim, alargar a dinâmica das lutas sociais, à medida que é capaz de incidir na estrutura de valores, percepções e visões sobre o mundo e a realidade, assumindo nesta instância a elaboração de um projeto de educação, trabalho e campo para “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2005),

3. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PARA TRABALHADORES (AS) DO CAMPO: QUE A UNIVERSIDADE SE PINTE DE POVO.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é fruto concreto da luta dos movimentos sociais do campo, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este movimento social camponês vem mobilizando as forças vivas do campo brasileiro, e se articulando em nível latino-americano e mundial com a Via campesina para construir uma frente de lutas contrárias à dominação capitalista.

O PRONERA representa para este movimento, a possibilidade de fomentar processos de formação humana e o rompimento com a cerca do latifúndio do saber, estabelecido pela política educacional, que não amplia e promove as possibilidades reais e concretas de todos estarem no terreno do conhecimento, em específico, inseridos na formação em nível superior. Este programa foi criado em 1998, e instituído pelo Decreto Federal nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. É responsável pelo financiamento dos projetos de educação para

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



assentados da reforma agrária, através de convênios com universidades. (DAL MORO, MOREIRA, ALVES, 2015, p. 14)

A sua mobilização se realiza por parte dos movimentos sociais em contato com quadros de professores comprometidos ético-politicamente com as lutas e bandeiras da classe trabalhadora camponesa, que se processa em termos jurídico-políticos por meio de convênios celebrados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as Universidades. As universidades passam a realizar o processo pedagógico da formação discente. No Brasil, o Programa vem, formando, inúmeros¹ assentados, acampados, jovens e adultos da reforma agrária, em diversas áreas do conhecimento, bem como, elevado o nível da formação, com programas de pós-graduação, que já chega ao *stricto sensu*. Tal conquista, revela a necessidade de ampliar a formação técnica especializada no campo, considerando este contexto, como locus, de produção da vida humana e de reprodução social. (LUKÁCS, 2013)

Isto coloca a emergência de aprofundamento, estudo e intervenção de cunho técnico-científico por parte das populações camponesas. Como também um processo de construção do conhecimento científico na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento socioterritorial. Assim, um modelo de formação contraposto ao modelo hegemônico de ciência, que desconsidera as reais necessidades humanas, e fomenta a função ou regulação da lógica de produção capitalista na extração lucrativa da força de trabalho humana.

Destarte, se pauta nos movimentos sociais do campo, sobretudo, no MST a indispensabilidade de construir coletivamente os projetos pedagógicos dos cursos sintonizados com os princípios e valores humanistas, assentados no marco da construção sócio-histórica e pedagógica dos movimentos sociais do campo.

¹ Apesar do Estado, da burocracia e da reação conservadora e os meios de difusão de suas ideias, mais de 200 mil camponeses foram escolarizados; milhares se formaram em alguma carreira do magistério; dezenas de cursos de Licenciatura em Educação do Campo acontecerão nas universidades país afora; em mais de 60 universidades há algum tipo de ação desenvolvida com os/as trabalhadores/as, e muitas delas já abriram linhas de Pesquisa específica na Pós-graduação sobre os temas que interessam ao povo do campo.(MST,2015) disponível em <http://www.mst.org.br/2015/09/02/2-enera-vem-para-reabrir-os-circuitos-da-historia-da-educacao-do-campo.html> Acesso em 08 de Agosto de 2017.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), mesmo com todos os seus limites e contradições, revela o nível de conquista dos movimentos sociais no processo de consolidação de políticas públicas voltadas para parte de suas demandas, o que expressa à realidade de um Estado como síntese das relações de coerção e hegemonia entre as classes. Em outros termos, um Estado que promulga a necessidade das classes dominantes incorporarem demandas dos setores subalternos a fim de manter seu poder econômico, político e ideológico. Isto ocorre como resultado da luta de classes, porque esses setores subalternos evidenciaram capacidade de resistência, de organização e mobilização em torno de suas demandas (BRITO; NOBRE; MOREIRA, 2015, p. 01)

O curso de Serviço Social da Terra no Estado do Ceará inicia seu percurso em 2008 com as primeiras conversas entre as professoras do curso e movimentos sociais do campo, sobretudo o MST do estado, dialogando sobre a formulação do projeto e seu processo de realização. A partir das conversas, e reflexões sobre a construção do curso, foi sendo constituídas as formas para a sua materialização, isso, por meio, da construção do projeto pedagógico do curso em 2009, por parte das professoras da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Por conseguinte, aconteceu em Dezembro de 2011 à assinatura do convênio com o INCRA e a realização do vestibular em Março de 2012 tendo início o primeiro semestre do curso em Abril de 2013. (BRITO; NOBRE; MOREIRA, 2015)

O percurso formativo do curso objetiva formar estudantes de áreas de reforma agrária do Norte, Nordeste e Sul do Brasil em Bacharelado em Serviço Social com vistas a promover uma intervenção social qualificada no contexto da questão social em sua relação com a questão agrária. A turma é formada por estudantes militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Comunidades Quilombolas. A turma está distribuída da seguinte forma: 28 estudantes do Ceará e 25 dos outros Estados (Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Sul). (ELEUTERIO, DA SILVA, SILVA, SOUSA, 2015, p. 27)

A formação está assentada – haja vista que o processo continua em movimento – na relação do Tempo Escola e Tempo Comunidade, como tempo-espço, imbricado numa unidade formativa, que visa garantir a continuidade e o fortalecimento da formação na área, tendo como eixo condutor desta configuração a Pedagogia da Alternância. Esta pedagogia se apresenta como prática adotada historicamente nos processos de formação dos movimentos

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



sociais do campo no Brasil, a partir da organização das vivências e relações no espaço escolar e na comunidade. Cada sujeito que parte para participar da formação em Serviço Social, é afetado pelo percurso, bem como, afeta-o pela sua caminhada e construção sócio-histórica e política de práxis militante e comunitária.

O Tempo Comunidade constitui-se um exercício importante para a práxis acadêmica dos professores e estudantes, a partir do desafio de realizar trabalhos com o rigor científico exigido pela academia, ao mesmo tempo em que se leva em conta outros saberes, vivências e experiências que os educandos e educandas possuem em sua trajetória de vida. Configurando-se uma atividade peculiar para os estudantes advindos dos movimentos sociais, porque permite o acesso ao conhecimento científico na perspectiva de concepção de uma realidade que está em consonância com a reflexão teórica adquirida no tempo escola, através dos debates sistematizados em sala de aula. (ELEUTERIO, DA SILVA, SILVA, SOUSA, 2015, p. 32)

A forma orgânica e coletiva assumida pelos estudantes no tempo escolar realça os valores políticos e humanistas que sedimenta o movimento social pela qual os (as) educandos (as) participam. No período, que a turma, está na universidade, as discussões, reflexões e decisões provenientes da realidade da turma, é posta na roda, para encaminhamento e construção de estratégias e alternativas, seja em momentos de dificuldade para viabilizar o processo pedagógico, seja para organizar o desenvolvimento deste processo. A turma é composta por Núcleos de Bases, que articula o coletivo para uma decisão horizontal, como, a distribuição de responsabilidades e compromissos dos (as) educandos (as) no percurso. Assim, nos Núcleos, são pensados, desde a organização do espaço, os tempos de estudo, de lazer, momentos fora da universidade, mística, entre outros.

Ressalta-se a experiência da partilha coletiva das Bolsas Estudantis conquistadas pelos estudantes do curso, na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade. Foram conquistadas 24 bolsas, porém a turma é composta por 53 pessoas, ficando 29 sem o auxílio. O fato configurou uma decisão coletiva para a utilização do recurso. Este recurso foi solicitado em decorrência do estágio supervisionado, que exigiu a presença dos estudantes na relação universidade-campo sócio-ocupacional, não tendo suprimento do PRONERA para financiar¹, diante do ínfimo valor para cada estudante. Ressalta-se que os estudantes em

¹ Se o desenho do PRONERA ainda não tinha ganhado a forma ideal propugnada pelos movimentos sociais camponeses, nos tempos presentes, de temor e de formas, sua existência fica cada vez mais ameaçada e posta sobre o risco da extinção. Na página online do MST (2017) constam informações acerca da redução dos

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



parceria com o MST e a Escola Nacional Florestan Fernandes (Região Nordeste), conseguiram levantar apoio para dar continuidade ao processo de formação. (BRITO; NOBRE; MOREIRA, 2015)

Salienta-se que o estágio vem sendo cumprido conforme as orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) por meio da Política Nacional de Estágio, que apesar da configuração do tempo escola e tempo comunidade, este momento do estágio - processo imprescindível da formação - foi assegurado. Tanto no Semestre V quanto no Semestre VI, os estudantes cumpriram 80hs do Estágio Supervisionado durante o Tempo Escola e 158hs no Tempo Comunidade, com a garantia da supervisão acadêmica para todos os estados envolvidos. (BRITO; NOBRE; MOREIRA, 2015)

O Curso de Serviço Social voltado para trabalhadores (as) do Campo no estado do Ceará é a segunda experiência em nível nacional. A primeira ocorreu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo início em 2009 e concluído em 2015. Ambas experiências se apresentam como processos de luta em defesa da universidade pública, presencial, gratuita, laica e socialmente referenciada, como também pela formação com qualidade e articulada as questões específicas dos movimentos sociais do campo. Esta proposta de formação coloca a defesa do campo da educação do campo, ou seja, da prática humana dos assentados marcada pela formação técnico-científica comprometida com as questões e os processos do território agrário. Prática engajada nos espaços dos assentamentos, que se colocam como possibilidades ao exercício profissional.

A realidade e o processo das relações sociais agrárias confrontadas pelo conjunto dos movimentos sociais do campo, demonstra que a constituição da identidade profissional em

recursos para o programa, na conjuntura coeva, que informa que em 2016, os recursos para o Pronera chegavam a R\$ 30 milhões, enquanto em 2017 foi de pouco mais de R\$ 11 milhões. Esse valor não cobre sequer os compromissos já assumidos e em curso, que são de R\$ 21,7 milhões. E o que está ruim ainda pode piorar. A previsão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2018 é de destinar apenas R\$ 3 milhões ao programa. Há que ressaltar que os orçamentos anteriores não se processavam como ideais para responder as necessidades do programa, entretanto apresentava valores razoáveis. Acesso em 11 de Out. de 2017 Acesso disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/09/19/governo-temer-promove-o-desmonte-da-educacao-no-campo.html>

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Serviço Social, possibilita fortalecer as bandeiras, que tais movimentos tremulam e gritam, ao denunciar apropriação privada das terras e a ofensiva do capital no campo por meio das transnacionais do agronegócio, hidronegócio e minério negócio, como também, a secular negação de direitos a população do campo, entre estes a educação (básica e superior).

4. APONTAMENTOS (IN) CONCLUSIVOS

A experiência do Curso de Serviço Social da Terra que se encontra em movimento, nos evoca a reflexão acerca da luta destes sujeitos sociais, para assegurar o campo da educação do campo. Entendendo esta formação, não apenas como, a especialização numa identidade profissional, mas num processo de defesa do território que partem, sendo este local de sociabilidade, produção da vida e de reprodução social. O território requisita o conjunto das profissões, pois neste locus habita seres humanos, que tem suas trajetórias de vida, construídas a partir do chão agrário, necessitando acessar o conjunto das riquezas e bens produzidos pela humanidade.

Desta maneira, são territórios que de maneira específica apontam formas sociais de relação com a terra, com a produção agrícola e com a organização coletiva e política. Os Assentamentos não são apenas, espaços demarcados geograficamente. Estes espaços guardam as particularidades de uma luta ampla, por condições objetivas e subjetivas de realização da vida humana e social. (BRITO, 2006)

O Serviço Social da Terra apresenta-se para os movimentos sociais como uma estratégia política de permanência dos estudantes no campo e de formação acadêmica crítica, tendo como desafio perceber as demandas e dificuldades por eles encontradas de conciliar o suposto sentimento de pertencimento no campo, a tarefa militante que lhes é direcionada pelos seus coletivos e movimentos os quais se integram e o percurso acadêmico da formação profissional em curso. (ELEUTERIO, DA SILVA, SILVA SOUSA, 2015, p. 29)

Para o MST a educação está posta enquanto processo fundante da formação humana, que se estabelecem a partir do trabalho e da vivência no campo. Isso requer pensar a educação para além de sua moldura posta numa política pública, mas entendê-la enquanto atividade partícipe da prática social humana. No interior deste movimento social, a educação é pensada deste a infância Sem Terra a fase adulta da vida humana. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) enquanto política pública mesclada por contradições e



insuficiências apresenta-se como possibilidade de acesso a processos formativos para a classe trabalhadora camponesa, a partir da possibilidade do acesso a formação em nível básico e superior, este último em diversas áreas do saber.

São políticas focais, como o PRONERA, que conforme Caldart (2009) contribuíram na ampliação da consciência sobre o direito, movimentando o imaginário da população camponesa, para romper ainda que parcialmente com o analfabetismo. Este programa, também possibilitou a politização da formação da juventude e dos adultos Sem Terra, ampliando as possibilidades de educação de jovens e adultos, que estavam fora da escola e que não tiveram durante sua trajetória pessoal o acesso à política educacional em seu desenho mais básico.

A formação em Serviço Social para assentados (as), - jovens e adultos - de áreas da reforma agrária, demonstra a distância que a profissão vem estabelecendo com as questões decorrentes do mundo agrário, sobretudo em sua relação com a questão social brasileira. Para Lusa (2012)¹ e Sant'Ana (2012)² existe uma relação secundarizada da questão agrária na formação e no exercício profissional dos Assistentes Sociais. Tal debate na formação não é realizado com a densidade e articulação necessária, a partir dos núcleos de fundamentação da formação profissional. Como também passa quase que ausente, e sem maiores atenção nos espaços das entidades profissionais³. Apesar dos limites, alguns avanços vêm sendo colhidos, nesta articulação do Serviço Social com a questão agrária.

Queremos ressaltar que

¹Neste rural invisível, o Estado se faz ausente e a execução de políticas públicas, especialmente de recorte social, não se efetiva, ou se ocorre é de forma 'muito residual' [...] Portanto, praticamente não há espaços sócio-ocupacionais instituídos para o Serviço Social. Neste sentido, confirma-se também [que] [...] 'é o movimento do rural e, nele, a insipiência do exercício profissional que não requisitam da academia – locus da formação – apropriar-se desta dinâmica e tratar sobre ela durante a formação dos futuros profissionais'. (LUSA, 2012, p. 379)

²As expressões da questão social, oriundas da questão agrária singulariza em seus fenômenos, uma relação concreta e total com amplitude da disputa societária ou marcas desta disputa nas relações sociais agrárias na trajetória e projeto de vida dos sujeitos individuais e coletivos que demandam apreensão e intervenção do Assistente Social. O que repõe a este profissional a necessidade de mediações histórico-culturais particulares sobre as problemáticas emergentes deste cenário. (SANT'ANA, 2012, p. 48)

³ Há que salientar que no ano de 2010 a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) instituiu o Grupo de Estudo e Trabalho em Questão Agrária, Urbana e Ambiental.



[...] o ingresso de trabalhadores e militantes dos movimentos sociais do campo na universidade e no curso de Serviço Social, não garantiu a superação de tais lacunas, mas vem servindo para no curso de Serviço Social trabalhadores do campo e militantes de movimentos sociais, fortaleçam a luta pela reforma agrária e a compreensão das demandas e necessidades sociais advinda do contexto campestre. (DAL MORO, MOREIRA, ALVES, 2015, p. 22-23)

Isto aponta a necessidade da profissão retomar a sua relação mais permanente e constante com os movimentos sociais do campo, e adensar a discussão da questão agrária na formação e no exercício profissional, compreendendo esta dimensão, como elementar a compreensão da questão social brasileira, na configuração das relações sociais e econômicas, por meio dos nexos entre campo-cidade-natureza.

5. REFERÊNCIAS

BRITO, Liana. NOBRE, Cristina Maria de. MOREIRA, Adinari. Serviço Social da Terra na UECE: desafio da formação profissional em parceria com os Movimentos Sociais do Campo. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), São Luiz (MA) Anais, 2015.

BRITO, Liana; ACCIOLY, Maria Estela. Questão Agrária e luta pela terra no Brasil: análise fundamentada nas categorias questão social e movimentos sociais rurais. IN: Expressões da Questão Social no Ceará/ organizadoras, Aurineide Maria Cunha, Irma Martins Moroni da Silva. Fortaleza: EdUECE, 2014.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009

_____, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Estud. av. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 207- 224. ISSN 0103-4014.

DAL MORO, Maristela. MOREIRA, Elaine Martins. ALVES Gláucia Lelis. A formação em ensino superior para trabalhadores do campo: analisando uma experiência em Serviço Social In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), São Luiz (MA) Anais, 2015.

ELEUTERIO, Jana Alencar Eleuterio. DA SILVA, Pâmela Santos da. SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. SOUSA, Francisca Geneide de. Pedagogia da alternância no Serviço Social: A experiência do Tempo Comunidade na Turma Eldorado dos Carajás na UECE In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), São Luiz (MA) Anais, 2015.

FERNANDES–UNESP, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território Bernardo Mançano Fernandes–UNESP, 2013.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



HARVEY, David. O novo imperialismo. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

LUSA, Mailiz Garibotti. A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas / São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

LUKACS, Georg. Ontologia do ser social II. Tradução por Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I.A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015

SANT'ANA, Raquel Santos. Trabalho bruto no canalial: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. (Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. Ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.